

ENTREVISTA *

*Marco Aurélio de Mello ***

Vossa Excelência, como homem que presidiu as primeiras eleições informatizadas no País, poderia nos dizer qual o significado real de gigantesco avanço?

É inegável que a introdução do voto eletrônico representou passos dos mais significativos no aperfeiçoamento do processo eleitoral brasileiro. As alterações foram tão radicais que é possível que resvalam em mudanças no próprio aparato normativo concernente às eleições, como nos prazos, por exemplo. Já se reclama, na mídia, do excessivo lapso temporal exigido para a realização do segundo turno. É que, sendo muitíssimo mais célere a apuração do sistema de votação eletrônica, agora se afigura exagerado o decurso dos 43 dias estabelecidos constitucionalmente até como medida de precaução, já que em algumas cidades a definição do resultado da primeira etapa do pleito arrastava-se por semanas. Não obstante, o grande avanço configurou-se mesmo no campo da representatividade, eliminando-se completamente a possibilidade de fraudes e de outras truculências decorrentes do uso da força e do abuso do prestígio político local. Impedindo-se o manuseio das cédulas, nem mesmo as mais poderosas oligarquias puderam, via mapismo ou preenchimento de votos em branco ou sequer pela interpretação do que assinalado de forma confusa pelo eleitor, obnubilar a verdadeira expressão da vontade do povo. Pela primeira vez no nosso País, a soberania popular de fato prevaleceu de modo irrefutável. E isso ficou estampado no sorriso dos eleitores, um amplo sorriso de vitória flagrado quando da confirmação do voto pela urna eletrônica. Nesse plano, as conquistas advindas com o novo e moderno método abrangeram inúmeras facetas, a exemplo da maior facilidade encontrada pela gente mais simples e pelos

* Entrevista publicada na Revista da Escola Superior da Magistratura do Distrito Federal n. 02, maio/agosto de 1996. Fonte: Biblioteca do Supremo Tribunal Federal.

** Ministro do Supremo Tribunal Federal.

analfabetos, porquanto parece ser mais difícil para eles escrever o nome dos candidatos na cédula que digitar um número num teclado igual ao de um “orelhão”. Sob esse prisma, é de se ver que a tecnologia contribuiu largamente para que mais um mandamento constitucional se cumprisse, não sob o aspecto tecnológico, mas desta vez concretamente. Depois do dia 3 de outubro, a ninguém mais será dado por dúvida a legitimidade da democracia brasileira, confirmada de uma vez por todas, decisiva e definitivamente, mediante o exercício criterioso e responsável, por parte dos brasileiros, do direito à plena cidadania.

Qual a análise que Vossa Excelência faz da participação da Justiça Eleitoral, com este novo instrumento, no fortalecimento das bases democráticas brasileiras?

Como ressaltai anteriormente, a transparência e lisura do processo eleitoral, ao tempo em que fortalece a democracia, também a revigora, estimulando os cidadãos a homenageá-la, por meio do comparecimento e participação efetiva quando da escolha dos seus líderes e representantes, mandatários que são, exclusivamente, em virtude da soberana vontade popular. Diante da garantia de que o resultado realmente reflete a opção da maioria, o eleitor passa a acreditar no valor do seu voto como instrumento eficaz à promoção das mudanças necessárias ao bem-estar da população. Por outro lado, começa também a se conscientizar da própria responsabilidade nos destinos da Nação Brasileira. Legitimando o processo de escolha de dirigente, o eleitor não poderá mais valer-se de antigas desculpas, que serviam também a uma certa acomodação, porque é muito mais fácil, sem dúvida, atribuir a culpa pelas mazelas nacional ao “sistema”, ente dos mais abstratos e por isso mesmo largamente usado em todas as instâncias. Doravante, não caberão escusas de qualquer ordem ao depararmos com obstáculos na esperada arrancada rumo ao desenvolvimento socioeconômico do País.

Vossa Excelência gostaria de enviar uma mensagem à Justiça Eleitoral do Terceiro Milênio?

No terceiro milênio, com certeza, haveremos de já ter alcançado o patamar de pleno desenvolvimento pelo qual ora lutamos. Especificamente, no plano político, minha expectativa é no sentido de que os partidos estejam totalmente definidos, o que resultará na redução do número de agremiações, sem que tal circunstância implique, é claro, prejuízo na representação dos diversos segmentos da sociedade. Infelizmente, nos dias atuais, ainda se afigura embrionária a participação dos partidos na evolução da vida política do País. Quase todos parecem se confundir, como se a única meta a ser perseguida fosse a eleição dos candidatos e, assim, a representatividade formal nas Casas Legislativas. No futuro, a fidelidade aos princípios assentados quando da formação do partido será questão pacificada, e dessa forma contaremos com a efetiva possibilidade de avaliar a atuação desses importantes grupos de lideranças em relação mesmo aos alvos por eles próprios eleitos desde o início. Com o aperfeiçoamento cultural do nosso povo, certamente não restará mais espaço para discussões em torno da indefinição ideológica ou da estabilidade da vida partidária. Por outro lado, a maior conscientização dos brasileiros sobre a importância da participação de cada qual tornará desnecessária a obrigatoriedade do voto. Democracia forte, sim, até na liberdade de votar ou deixar-se de fazê-lo! Para tanto, não obstante, também urge outras providências, a começar, no plano institucional, pelo melhor aparelhamento dos órgãos do Poder Judiciário, de modo a que a celeridade nas decisões, conduzindo a uma maior credibilidade, resulte no fortalecimento das instituições. Sob o prisma normativo, é preciso que se comece a pensar, desde logo, em uma legislação eleitoral permanente, evitando-se odiosos casuísmos, e na unificação das datas para a realização dos pleitos em geral, de maneira que as eleições para cargos municipais, estaduais e federais aconteçam no mesmo período. Nesse ponto, cabe lembrar também o valor do voto distrital, a propiciar melhor acompanhamento da vida parlamentar dos eleitos. Enfim, muito ainda precisa

ser feito, mas sem dúvida o maior passo já foi dado: sob o meu ponto de vista, a informatização do sistema mostrou-se como a grande conquista dos brasileiros no tocante à consagração do Brasil como Estado Democrático de Direito. Definitivamente, não há mais volta! Cabe-nos, agora, trabalhar para que a informatização de todo o processo eleitoral, a partir inclusive do cadastramento de eleitores (substituição do título atual pelo cartão magnético), até a utilização do voto eletrônico em todo o País, mesmo nos rincões mais longínquos, dê-se no menor espaço de tempo possível. Enthusiasta incorrigível que sou, por natureza e convicção, a minha expectativa em relação ao terceiro milênio é de que todas essas considerações já façam parte da história remota de um país líder quer por suas reconhecidas potencialidades naturais, quer pelo exemplo de democracia e respeito aos seus cidadãos que oferece ao mundo inteiro.